



**CONCESSÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS PARA
EXPLORAÇÃO DE 4 (QUATRO) QUIOSQUES NA
ALBUFEIRA DO AZIBO**

Programa de Concurso



DISPOSIÇÕES GERAIS

1 - Objeto do concurso

O presente concurso tem por objeto a “Concessão de espaços públicos para exploração de 4 (quatro) quiosques, na Albufeira do Azibo”, pelo prazo de 3 (três épocas balneares), 2023, 2024 e 2025, conforme se indica e nos termos do caderno de encargos.

- i) Quiosque Praia da Ribeira – 1, com área de exposição de 12,00 m²;
- ii) Quiosque Praia da Ribeira – 2, com área de exposição de 12,00 m²;
- iii) Quiosque Praia da Ribeira – 3, com área de exposição de 12,00 m²;
- iv) Quiosque Praia da Fraga da Pegada – 4, com área de exposição de 37,00 m².
- v) A cada concorrente, podem ser adjudicados no máximo 2 (dois) espaços. Sendo que, no caso de o concorrente reunir condições de adjudicação para mais do que os 2 (dois) espaços, este, tem a opção de optar pelo que melhor entender.

2 – Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar, foi tomada por deliberação da Câmara Municipal de Macedo de Macedo de Cavaleiros, em reunião ordinária realizada no dia 21 de abril de 2023.

3 – Entidade pública contratante/concedente

A entidade pública contratante/concedente é o Município de Macedo de Cavaleiros, pessoa coletiva de direito público, com o NIPC 506697339, sito no Jardim 1.º de Maio, 5340-218 – Macedo de Cavaleiros, telefone n.º 278 420420, endereço de correio eletrónico: geral@cm-macedodecavaleiros.pt.

4 - Requisitos de admissão ao concurso

1. São admitidos ao presente concurso todas as pessoas singulares ou coletivas que reúnam cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Que tenham a situação contributiva regularizada relativamente à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social;
 - b) Que apresentem documento comprovativo da entrega da declaração periódica mais recente para efeitos de IRS ou IRC;
 - c) Que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual;
 - d) Detentoras de capacidade jurídica de gozo e de exercício e que não se encontrem inibidas do exercício da profissão.
2. Agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre elas exista qualquer vínculo jurídico de associação, nos termos previstos no artigo 54.º do CCP.

3. Os membros de um agrupamento de concorrentes não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento de concorrentes.
4. Todos os membros de um agrupamento de concorrentes são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta que vier a ser formulada.
5. No caso de a adjudicação do objeto do procedimento, ser feita a um agrupamento de concorrentes, estes associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
6. Para o efeito devem instruir a candidatura com as respetivas declarações mencionadas nas alíneas a), b) e c) do ponto 1 do presente artigo.

5 - Tramitação

1. O presente procedimento decorre na Secção de Contratação Pública da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, onde pode ser examinado durante as horas de expediente, desde a data da sua publicitação até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os interessados poderão obter cópias das peças do procedimento na referida Secção.
3. O processo de concurso é constituído pelo Programa de Concurso e pelo Caderno de Encargos, os quais se encontram disponíveis para consulta na página web do município: www.cm-macedodecavaleiros.pt.
4. Os interessados podem solicitar, através do endereço eletrónico concursos@cm-macedodecavaleiros.pt esclarecimentos à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos, desde a data da publicitação do concurso até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

6- Forma e Prazo para apresentação das propostas

1. As propostas bem como os documentos que as acompanham, serão apresentadas, sob pena de exclusão liminar, em formato papel e encerradas em invólucro opaco e fechado, tendo escrito no exterior, além do nome, morada e ou sede do social do concorrente a indicação **“Proposta para Concessão de espaços públicos para exploração de 4 (quatro) quiosques, na Albufeira do Azibo”**, sendo as mesmas dirigidas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.
2. As propostas devem ser apresentadas pelos concorrentes, ou seus representantes, até às 16:00 horas do dia 19 (dezanove) de maio de 2023, no Setor de Expediente Geral da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, contra recibo, ou enviadas pelo correio, sob registo e com aviso de receção. Se o envio da proposta for feito pelo correio, o concorrente deverá diligenciar para que este cumpra com o estabelecido anteriormente. O concorrente será o único responsável pelos atrasos que porventura se verificarem, não podendo apresentar qualquer reclamação na hipótese da entrada se verificar já depois de esgotado prazo da entrega das propostas.
3. A proposta entregue ou recebida, após a data e hora fixadas no ponto anterior não será tida em consideração.

7 - Contraprestação base por época balnear

A contraprestação base para a época balnear é de 750,00€, para cada espaço, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

8 - Elaboração da Proposta

Na proposta o concorrente deve indicar:

- a) O valor da contraprestação por época balnear da exploração;
- b) O lugar a que se candidata.
- c) Não são admitidas propostas que incluam alterações das cláusulas do caderno de encargos.
- d) Não são admitidas as propostas em que se verifique preenchida a alínea g) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

9 - Documentos que devem acompanhar a proposta

A Proposta a apresentar para cada lugar deverá ser instruída da seguinte forma:

1. Redigida em língua portuguesa, sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas.
2. Todos os documentos devem ser assinados pelo concorrente ou seu representante com poderes para a assinar.
- 3 A proposta será acompanhada dos seguintes documentos:
 - a) Declaração conforme anexo I a este Programa de concurso;
 - b) Declaração conforme anexo II a este Programa de concurso;
 - c) Proposta conforme anexo III a este Programa de concurso;
 - d) Cópia do bilhete de identidade e do cartão de contribuinte (pessoa singular), certidão permanente, ou respetivo código de acesso (pessoa coletiva);
 - e) Os documentos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa. No entanto, quando estiverem redigidos noutra língua, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada ou em relação à qual declare aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

10 - Validade da proposta

1. Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante o prazo de 30 dias, contados da data do ato público de abertura das mesmas.
2. O prazo da manutenção das propostas considera-se prorrogado por iguais períodos, para os concorrentes que nada requererem em contrário.

Artigo 11.º - Júri do Procedimento

1. O presente procedimento é conduzido por um júri composto por três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes.
2. Ao Júri compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento, nomeadamente, a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento da concessão, abertura das propostas e análise das mesmas



e elaboração dos relatórios preliminar e final.

Artigo 12.º - Ato público de abertura das propostas

1. A abertura das propostas realizar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao do termo do prazo para apresentação das propostas, às 10:00 horas, no edifício da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.
2. Só poderão intervir no ato de abertura das propostas, os concorrentes, seus representantes legais ou as pessoas por estes devidamente credenciados para o efeito.

Artigo 13.º - Apreciação das propostas

Após a apreciação das propostas, o júri lavrará a respetiva ata da qual conste a identificação dos candidatos, as propostas apresentadas e o resultado final.

Artigo 14.º - Critérios de apreciação das propostas

1. As propostas são analisadas de acordo com o critério de adjudicação.
2. Após análise das propostas o júri do procedimento elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas, e fundamenta a exclusão das propostas que revelem alguma das deficiências previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP, e ainda das que não observem as formalidades específicas e que sejam essenciais, de acordo com o previsto no caderno de encargos
3. Na fase de apreciação das propostas e sempre que o considere necessário para efeitos de análise e da avaliação destas, o júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas.
4. Do relatório preliminar será dado conhecimento a todos os concorrentes, para se pronunciarem por escrito, se assim o entenderem, no prazo de 5 dias ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 15.º - Critério de adjudicação

1. A adjudicação recairá sobre a proposta que apresente valor mais elevado para a contraprestação base.
2. Verificando-se a necessidade de desempate entre propostas, a Câmara Municipal recorrerá ao sorteio entre as propostas que apresentem igual valor, no ato de abertura.

Artigo 16.º - Notificação da adjudicação

A adjudicação será comunicada a todos os concorrentes.

Artigo 17.º - Contrato

Não é exigível a redução do contrato a escrito.

Artigo 18.º Caução

Não é exigível a prestação de caução.

Artigo 19.º - Casos Omissos

Os casos ou situações omissos neste Programa de Concurso e no Caderno de Encargos regem-se

pelo Código dos Contratos Públicos.

Macedo de Cavaleiros, Paços do Concelho, 02 de maio de 2023.

O Presidente da Câmara Municipal,



(Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues)

ANEXO III

[Proposta]

----- (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à “Concessão de espaços públicos para exploração de 4 (quatro) quiosques, na Albufeira do Azibo”, Praia _____, espaço n.º _____ apresenta a seguinte contraprestação para a época balnear: _____€00 (valor por extenso).

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁴⁾].

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO I

Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º - A, conforme aplicável, do CCP]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento “Concessão de espaços públicos para exploração de 4 (quatro) quiosques, na Albufeira do Azibo”, Praia _____, espaço n.º ____ e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:
 - a) ...
 - b) ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁴⁾].

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º, do CCP]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de “Concessão de espaços públicos para exploração de 4 (quatro) quiosques, na Albufeira do Azibo”, Praia _____, espaço n.º ____, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º